

# **A CATEGORIA TRABALHO EM DEBATE NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS TEÓRICAS**

**Reginaldo GUIRALDELLI<sup>1</sup>  
Helen Barbosa Raiz ENGLER<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

Tendo como eixo analítico deste estudo a ênfase no trabalho enquanto elemento fundante e essencial na vida dos homens, também entendido como forma de sociabilidade e possibilidade de produção e reprodução humana, o respectivo ensaio busca ilustrar algumas abordagens gerais da categoria, demonstrando sua importância no decorrer da história e suas transformações advindas com a adoção de novas técnicas necessárias para a evolução da vida em sociedade. Além do mais, diante das variações verificadas

---

<sup>1</sup> Doutorando em Serviço Social pela UNESP/Franca-SP e membro do Núcleo de Pesquisa "Mentalidades e Trabalho: do local ao global" da UNESP/Franca. Correspondência para E-mail: <reguiraldelli@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca-SP. Pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Pesquisa "Mentalidades e Trabalho: do local ao global" da UNESP/Franca-SP. E-mail: <helenengler@terra.com.br>.

no campo do trabalho, nas últimas décadas do século XX, inúmeras teorias no campo das Ciências Sociais e Humanas foram constituídas visando contestar o trabalho na atualidade como eixo estruturador da vida em sociedade, enquanto outras acepções teóricas defendiam a centralidade da categoria, ainda em vigor em pleno século XXI. Assim, o respectivo texto visa contextualizar a trajetória do trabalho em alguns momentos históricos e apresentar algumas construções teóricas que estão presentes no universo científico, sendo elas convergentes e divergentes entre si.

**Palavras-chave:** trabalho, pensamento social, epistemologia.

No presente ensaio temos o intuito de promover uma reflexão sobre a categoria trabalho considerando que o mesmo está presente em toda a história da humanidade, nos mais distintos períodos, visto que se origina no momento em que o homem busca determinadas condições e meios para atender a suas necessidades vitais, como forma de produzir a vida em sociedade. É nessa busca e ação humana que o homem se reproduz e dá continuidade à espécie através das relações sociais.

É importante frisar que nessa trajetória histórica, o trabalho passou por significativas mudanças, decorrentes de novas descobertas e técnicas que propiciaram a adaptação do homem ao meio natural e garantiu sua sobrevivência. Isso é verificado quando constatamos alguns eixos essenciais na desenvoltura do trabalho que, na fase pré-histórica, era marcada por atividades coletivas, de uso comum, onde o desenvolvimento técnico como o manuseio da madeira e das pedras, lascada e polida consecutivamente, era utilizado para a caça, a pesca e a defesa humana. A base econômica nas sociedades primitivas era eminentemente agrícola, sendo a terra um bem compartilhado entre todos. Nesse marco peculiar, toda a produção era apropriada coletivamente, sem haver qualquer hipótese de divisão de classes sociais e sequer um poder político declarado.

Dentre outros momentos da história do trabalho, merece uma menção sintética a organização dos processos de trabalho do período clássico, com ênfase para Grécia e Roma, onde se concebe uma organização civil com inclinação para o desenvolvimento da cidade (*pólis*), além do aprofundamento da apropriação privada da terra e do

trabalho, tendo como marco o escravismo, já com uma estrutura rigidamente hierarquizada. Nesse cenário também surge o conceito de cidadania, que na verdade se restringia à aristocracia da época, aos homens que possuíam terras e se dedicavam à política, filosofia e artes, excluindo os povos estrangeiros, escravos, mulheres e crianças.

Outra mudança significativa é verificada na fase feudalista, marcada grosso modo, pelo emprego de trabalho compulsório sob relações de dominação e servidão, numa estrutura caracterizada pela divisão entre senhores proprietários de terra e servos. A base ainda é predominantemente a agricultura. Não se pode esquecer que, durante esse período, a Igreja ganha ascensão e se torna a grande detentora do poder temporal e espiritual.

Em meados dos séculos XII e XIII, as incipientes atividades comerciais começam a ganhar relevo por todo o continente europeu, com trabalhos voltados ao artesanato rural e urbano. Ao atingir o Oriente e adquirir técnicas de navegação, esse comércio começa a se propagar e passa a ter êxito no cenário econômico, o que serviu para o desmonte do sistema feudal.

Com a expansão comercial, verifica-se o crescimento das cidades e intensificação de processos de trabalho realizados nos centros urbanos, além do surgimento de uma nova classe social, a burguesia, que posteriormente será a mola propulsora das transformações ocorridas nos campos econômico, político, cultural e social em todo o mundo. As atividades artesanais foram substituídas pela manufatura, suplantada, em seguida, pelo trabalho industrial.

Na oficina do mestre-artesão um mesmo indivíduo executava diferentes operações, sem que houvesse separação entre as funções intelectuais e manuais do trabalho. Depois, na manufatura, o caráter coletivo começa a prevalecer sobre o individual, mas a diferença é apenas quantitativa. [...] Na manufatura, o trabalho se diferenciava do trabalho autônomo pelo emprego comum dos meios de produção, donde resultava uma diminuição na parte do valor constante, que se refletia no valor da mercadoria. [...] A manufatura diversifica os instrumentos

de trabalho para adaptá-los às funções dos trabalhadores parciais, todavia essas mudanças não atendem às necessidades de valorização do valor, dado que a habilidade artesanal continua sendo a base da produção. Mesmo assim, com uma divisão do trabalho que se constituía apenas na decomposição da atividade artesanal, em que o trabalho coletivo era a combinação de muitos trabalhadores parciais, já se potencializava a produção e a mais-valia. Mas isso ainda não era suficiente para o propósito da acumulação e expansão. Para que o capital se impusesse como força social dominante era preciso inverter os papéis entre trabalhadores e os meios de produção. Estes deveriam usar a força de trabalho, e não o contrário. Esse processo se desenvolve na manufatura e se completa na grande indústria, [...]. A partir dessa inversão, a produção deixa de ser subordinada à habilidade do operário para ser uma aplicação tecnológica da ciência (TAVARES, 2004, p.117-119).

Um dos fenômenos de maior expressão já vistos até então no mundo do trabalho é caracterizado pela Revolução Industrial, marcada por profundas alterações nos processos produtivos e nas relações sociais. Tal evento, originário na Inglaterra no século XVIII, ganhou dimensão mundial com o tempo e se alastrou por todos os espaços, transformando a esfera da vida dentro e fora do trabalho.

Com base nas análises de Oliveira (2001), a Revolução Industrial, marco do capitalismo, se divide em duas fases: a primeira entre os anos de 1760 a 1850, marcada principalmente pela criação da máquina a vapor pelo escocês James Watt (1736-1819), constituindo o nascimento do sistema fabril com aumento da produção e da população; a segunda entre os anos de 1850 até a fase da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), esta marcada pela descoberta da eletricidade como força motriz e de combustíveis derivados do petróleo, daí o surgimento do automóvel.

Vale salientar que tais acontecimentos representaram transformações substanciais de ordem econômica, geopolítica, social e cultural. Apesar do progresso técnico e da economia, isso não implicou em desenvolvimento no campo social. Outro dado a ser

pontuado é que, no decorrer desses fatos, a população não esteve pacífica, pois inúmeras foram as formas de resistência adotadas pelo grande contingente de trabalhadores e dos indignados pelas imposições da nova ordem societal.

Segundo estudos de Leite (1994), no decorrer do século XIX, na Europa, ocorreram inúmeras manifestações que retratam a revolta dos trabalhadores diante dos efeitos nas condições de trabalho advindas da Revolução Industrial. Dentre elas, destaca-se o *Movimento Ludista*, na Inglaterra, que defendia a quebra das máquinas, como sendo elas as responsáveis pela situação de miséria e exploração da população trabalhadora. Outros movimentos surgiram, como o Cartismo, também na Inglaterra e o movimento bolchevique que redundou na Revolução Russa de 1917, visto que os interesses do capital não eram correspondentes aos interesses dos trabalhadores, e isso foi preponderante para a origem dos sindicatos.

No século XX, com o avanço tecnológico em escala mundial, o capitalismo assume novas feições de cunho imperialista, sob a égide dos Estados Unidos e redimensiona todo o mundo do trabalho.

Com o término da Segunda Guerra Mundial no século XX, os estudiosos já afirmam a Terceira Revolução Industrial, mais conhecida como Revolução Tecnológica, diante da incorporação de novos padrões tecnológicos. Conforme análise de Mattoso (1995), a Terceira Revolução Industrial rompe com o paradigma anterior e tem entre suas principais características a alteração na organização dos processos produtivos diante de um novo padrão tecnológico baseado na microeletrônica e na robótica, exigência de maior habilidade e qualificação da mão-de-obra que resultou num tipo de trabalhador polivalente, enfraquecimento dos organismos sindicais, automação e informatização na produção, minimização dos estoques e trabalhos terceirizados, o que faz o mundo do trabalho ganhar novas facetas.

Com isso, nos últimos tempos, a categoria trabalho tornou-se alvo de profundas análises, discussões e debates nos mais diversos espaços acadêmicos e centros de pesquisa e, atualmente, representa um tema com uma infinidade de produção intelectual. Isso pode ser compreendido na medida em que as últimas décadas do século XX desencadearam transformações abruptas na esfera do trabalho, o que provocou inúmeros questionamentos e inquietações de alguns

segmentos da cadeia científica, num cenário em que conseqüências avassaladoras colocam em xeque sua fundamental essência e objetivação.

Assim, surge um emaranhado de teorias no campo das ciências sociais nas quais algumas atestam apologeticamente que a humanidade está vivendo o término de um período cujo trabalho era o eixo central no mundo da vida, dentre elas destacamos Gorz (1987), De Masi (2000), Offe (1994) e Rifkin (1995), outros com grande ousadia denotam a crise do trabalho abstrato, como é o caso de Kurz (1996), enquanto diferente ala de pensadores advoga que o trabalho jamais perdeu seu posto de centralidade, como é o caso das obras de Castel (1998) e Antunes (1995, 1999).

André Gorz, em sua obra *Adeus ao Proletariado* (1987), levanta questões polêmicas acerca do trabalho, considerando-o não uma atividade com fim em si mesma, mas como um meio de aquisição de dinheiro. Para o autor, tal prática nem sempre existiu. Ela é fruto do sistema capitalista, não devendo ser o essencial da vida dos homens. Também levanta a tese de que quem realiza a tarefa é a máquina, visto que o operário apenas empresta seu corpo, cérebro e tempo. Assim, considera o trabalho como uma atividade passiva, pré-programada, que está submetida aos ditos de um aparelho que é externo ao trabalhador. Para ele, ao invés de o trabalho ser um mecanismo de inserção do trabalhador na cooperação universal, este passa a ser uma forma de sujeição do trabalhador ao aparelho universal de dominação, resultando num trabalho como instrumento de opressão social generalizada. Diante dessa abordagem, Gorz apresenta uma proposta polêmica, pautada na abolição do trabalho, com maior liberdade de tempo para os trabalhadores. Nessa linha de raciocínio, elucida que a liberdade só existe quando não há a obrigação de trabalhar e que a verdadeira "vida" começa fora do trabalho, onde o indivíduo realiza suas atividades principais. Acredita que o trabalho representa uma mescla de sacrifício, álibi, justificativa, maldição, droga, aborrecimento e sofrimento. Para finalizar sua análise, lança alguns questionamentos: Seria o trabalho uma necessidade ou meio de ganhar a vida? Ou ainda um meio de escapar do isolamento e do sentimento de inutilidade?

Apesar de escrita na década de 1980 do século XX, a obra de Gorz ainda se apresenta atual e se constitui numa leitura

indispensável aos adeptos de seus preceitos e aos que combatem tais concepções.

O italiano Domênico De Masi (2000), na mesma orientação, descreve que a força de trabalho humana foi o elemento crucial até meados dos anos 1960 do século XX, porém, com o acelerado investimento tecnológico, os equipamentos começaram a substituir essa mão-de-obra. Todavia, nesse avanço, a tecnologia passou a se apropriar do intelecto do trabalhador, o que implicou no surgimento de um novo modelo de trabalhador, o do tipo intelectual. Com tais mudanças, desencadeadas pelo avanço no campo científico, surge, para o autor, uma questão vital: Como empregar o tempo livre que a ciência proporcionou ao homem para se viver bem, com sabedoria e prazer?

De Masi (2000) sustenta que o trabalho pode ser convidado a sair do trono que foi colocado pela Igreja, filósofos e empregadores no decorrer do século XVIII. Para ele, o caminho à felicidade e à prosperidade encontra-se na diminuição do trabalho e o que se deve ocorrer é a distribuição do tempo livre não só para as camadas privilegiadas e, sim, para todo o conjunto da população. Segundo o autor, nos anos anteriores, o trabalho colonizou o tempo livre e nos anos futuros, o tempo livre colonizará o trabalho. O tempo livre, nessa perspectiva, seria a possibilidade de convívio entre as pessoas, relações de amizade, amor, aventura, repouso, estética, erotismo, viagens, cultura, meditação, práticas desportivas, ou seja, atividades cotidianas que merecem sentido. Para concluir, afirma que o ócio pode ser vivido em dois sentidos, como forma de explorar, violentar e roubar ou como forma de trazer benefícios aos indivíduos, visto que acredita que é no ócio que o indivíduo atinge a plenitude do conhecimento e da qualidade de vida.

No ritmo de crítica ao trabalho, Offe (1994) discute a questão da tecnologia como a fonte endógena do desemprego, visto que em sua análise em torno dos anos 1970 do século XX, constata a elevada taxa da produtividade sem o aumento da força de trabalho, ocorrendo uma superabundância de mão-de-obra, onde esta passa a viver num contexto de desamparo estrutural. Propõe uma nova forma de vida em sociedade, onde as pessoas possam trabalhar e viver livremente, sem a subjugação das leis impostas pelo mercado de trabalho. As

estratégias do sistema capitalista para atender suas prerrogativas de crescimento da produção e do lucro colocam em risco a existência dos empregos. Na análise de Offe, como o pleno emprego não é possível, o mercado de trabalho elege seus candidatos para compor o rol dos descartados pelo sistema, sendo entre eles os imigrantes, mulheres (principalmente as casadas), trabalhadores mais velhos e mais jovens. O que se verifica é uma gradativa redução nos postos de trabalho, e além do mais,

[...] quanto menos trabalho se acha disponível e quanto mais as condições existentes de emprego são ameaçadas, maiores são as pressões econômicas sobre os salários e, conseqüentemente, menos indivíduos e famílias podem ter recursos – apesar de suas perspectivas de trabalho cada vez piores – para abandonar, em parte ou totalmente sua (desejada) participação no mercado de trabalho (OFFE, 1994, p.121).

Offe (1994) ainda considera que nesse quadro de desemprego, onde o mercado não consegue atender a toda a demanda, o Estado assume a responsabilidade de custear essa população marginalizada sem acesso aos direitos básicos. Mas, o que se verifica é que o aparelho estatal também atravessa uma crise nos últimos tempos e não consegue dar respostas satisfatórias aos problemas emergentes. Numa fase de racionalização técnica e organizacional, que provoca a eliminação do trabalho vivo em grande escala, a estratégia empresarial volta-se para uma maior intensificação desse processo, no intuito da produção se tornar cada vez mais independente do capital humano, o que é suscetível de incertezas. O resultado disso é a degradação do trabalho e a extinção de profissionais especializados, os quais se tornam cada vez mais enfraquecidos.

Na linha dos componentes que contestam a centralidade do trabalho, Offe descreve que as tentativas de circunscrevê-lo como eixo central da vida são consideradas apenas como sintoma de uma crise contemporânea. Fica evidenciado para o autor que o trabalho perdeu sua centralidade diante dos fenômenos verificados nos últimos tempos.

Rifkin, em sua obra *O Fim dos Empregos* (1995) é taxativo ao se referir de forma pessimista e catastrófica no fim do trabalho humano, sendo este gradativamente eliminado e substituído por máquinas inteligentes, num quadro de sofisticação tecnológica e informacional. Considera o desemprego como uma nova doença econômica inexorável, a qual se espalha e destrói vidas. O que ele constata em sua pesquisa é que houve uma significativa redução dos empregos enquanto a receita das empresas continuou a crescer, o que gera um sentimento de medo diante de um futuro incerto. Dentro dessa realidade, tanto os trabalhadores não-qualificados quanto os qualificados são atingidos em decorrência da automação e informatização. Para onde vai todo o contingente de trabalhadores nessa “Era Informacional” é um dos pontos que aflige o autor, o qual observa que nessa nova fase de surgimento e expansão da robótica, dos microcomputadores e da disseminação de softwares, os domínios da mente já foram apropriados e o que se tem hoje são “máquinas inteligentes” com funções gerenciais e administrativas, capazes de controlar os fluxos de produção. Contudo, a intervenção humana vem sendo cada vez mais descartada nos diversos espaços produtivos frente às novas determinações da reengenharia, caracterizada pela adoção de novas técnicas e formas de gestão no trabalho, com o intuito de reduzir os salários, os encargos trabalhistas e desmontar os sindicatos, além de gerar uma série de empregos de caráter contingencial e provocar danos irreparáveis na vida dos trabalhadores<sup>3</sup>.

Estar desempregado, na visão de Rifkin, significa ser um indivíduo improdutivo e imprestável na lógica atual do sistema capitalista e tal problemática agrava a economia global diante da diminuição do poder aquisitivo da população e gera um quadro de incapacidade para os governos frente à tomada de medidas para solucionar a questão. Rifkin aponta algumas saídas como o investimento e potencialização do terceiro setor.<sup>4</sup> Além disso, elucida

---

<sup>3</sup> Dentre tais danos, podemos verificar na atualidade a sobrecarga física e mental do conjunto de trabalhadores, gerando altos níveis de estresse, fruto da automatização do trabalho. Outro fenômeno que se agrava no Japão é o Karoshi, que se constitui na morte súbita no trabalho, desencadeada pela intensificação dos ritmos de produtividade (ANTUNES, 1995).

<sup>4</sup> Como assinala Landim, o “[...] terceiro setor não é um termo neutro, ele tem nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal” (LANDIM, 1999, p.63).

que nessa nova era, pautada numa economia sem trabalhadores, há duas vias que podem ser seguidas, a de um porto seguro, ou a de um terrível abismo. Sustenta que o futuro se encontra em nossas mãos e que o fim do trabalho pode representar uma sentença de morte para a humanidade ou uma transformação social que vise o renascimento do espírito humano.

Noutro horizonte, existem obras que se orientam na defesa do trabalho enquanto categoria central e fundante.

Em sua obra um tanto polêmica, Kurz (1996) aponta para um quadro socialmente caótico ao analisar a queda do socialismo real no Leste Europeu, no ano de 1989, entendendo tal episódio como um colapso histórico dentro de um sistema produtor de mercadorias. Nesse sistema, o trabalho é o valor e o princípio ético mais elevado. Vale salientar que Kurz realiza uma crítica ao trabalho em sua dimensão abstrata,<sup>5</sup> como gerador de lucro ao capitalista. O autor atesta que no socialismo real aparecem as características típicas do capitalismo, como o trabalho abstrato, o lucro, o salário e os preços, ou seja, o suposto “mercado planejado” dos países do Leste não eliminou o mercado de base capitalista. Com isso, constata que o que desencadeou o colapso do socialismo real no Leste foi a própria dinâmica do capital, tangenciada pelo êxito da concorrência e do desenvolvimento do sistema global. O quadro que se mostra com essa crise é de uma profunda decadência das estruturas sociais, o que Kurz denominou de “Era das Trevas”, onde o caos se alastra pelos quatro cantos do mundo e se torna cada vez mais distante a proposta de “paz perpétua”, outrora idealizada pelo filósofo alemão Immanuel Kant.

Na análise de Castel (1998), o trabalho ainda é a referência social e pondera que a questão social metamorfoseou-se diante de um período transitório que abarca o novo e o contingencial, e uma realidade em que os processos produtivos sofreram profundas alterações frente à reestruturação capitalista que provocou mudanças

---

<sup>5</sup> Com base na obra *O Capital* de Karl Marx (2004), o trabalho abstrato, grosso modo, é aquele que cria o valor das mercadorias, ou seja, o valor-de-troca, o que contribui para a acumulação do capital. Já o trabalho concreto, entendido como “[...] criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 2004, p.64-65).

nas formas de emprego, tendo como principais resultados o enfraquecimento do poder sindical, o fim do emprego estável, redução de salários, o que levou ao aumento do desemprego e formas precárias e atípicas de trabalho. Porém, mesmo com tais conseqüências (que afetam o modo de ser e sentir dos trabalhadores), o trabalho continua sendo o eixo das relações sociais.

Ricardo Antunes (1995, 1999), fundamentado na Teoria Social de Marx e nas concepções de Lukács, elabora seu pensamento em torno da idéia de que o trabalho ainda é o eixo estruturador da vida societal. Para o respectivo autor, o trabalho constitui-se na protoforma da atividade humana, onde acontece o intercâmbio material e simbólico do homem com a natureza e este homem passa do seu aspecto exclusivamente biológico para a esfera social, visto que nesse espaço ele estabelece suas relações sociais.

Na linha analítica de Antunes (1995, 1999), o que se verifica na atual sociedade capitalista, que produz mercadorias, é a hegemonia do trabalho em seu aspecto abstrato, que assume feições de trabalho estranhado e fetichizado. No mais, enfatiza que o trabalho, em sua dimensão concreta, representa a forma genérico-social que transcende a vida cotidiana, sendo nesse tipo de trabalho que o homem atinge a *omnilateralidade*. É imprescindível, como assinala Antunes (1999), considerar, dentre esses fatores, a capacidade teleológica dos homens, o que o distingue dos demais animais. Nessa perspectiva adotada por Antunes (1995) de que o trabalho é o fator elementar no processo de sociabilidade do homem, pode-se então constatar que ele existiu e sempre existirá na história da humanidade, sendo negada sua abolição.

O que se tem no atual contexto, de cunho capitalista, é um trabalho degradante e aviltado, onde o trabalhador não se reconhece no produto de sua ação, sendo convocado ao mundo do trabalho de forma compulsória para satisfazer suas necessidades vitais. A crise vivida na contemporaneidade, abala material e subjetivamente os trabalhadores.

Diante disso, Antunes (1999) indaga e faz alguns apontamentos acerca da crise atual que vivenciamos na esfera do trabalho. Estaríamos diante de uma crise da sociedade do trabalho abstrato ou do trabalho concreto?

Ao seguir o referencial de que o trabalho se constitui o elemento vital para a humanidade no processo de produção e reprodução dos homens, ele elucida:

Uma coisa é conceber, com a eliminação do capitalismo, também o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis e ao fazê-lo (auto) transforma o seu próprio criador (ANTUNES, 1999, p.215).

Contudo, diante do exposto, fica notória a vasta produção teórica que retrata o universo do trabalho, consubstanciada por convergências e divergências ideológicas, o que se torna positivo num contexto em que se privilegia o pluralismo de idéias e a liberdade de expressão. Mas não podemos deixar de nos identificarmos com determinadas acepções teóricas e aqui compartilhamos da compreensão de que o trabalho, em seu sentido ontológico, ainda é a centralidade no mundo da vida.

Mesmo diante das inúmeras transformações ocorridas nas últimas décadas do século XIX que tem continuidade no início deste novo século, o trabalho ainda é o eixo central na vida dos homens e é por meio dele que os indivíduos estabelecem relações sociais e produzem e reproduzem os meios indispensáveis para a perpetuação da espécie.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

- GORZ, A. **Adeus ao proletariado** – para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LANDIM, L. Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n.4, 1999.
- LEITE, M.P. **O Futuro do Trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, v.1. 22.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.
- OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OLIVEIRA, C.R. **História do trabalho**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2001.
- RIFKIN, J. **O fim dos empregos**: o declínio dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.
- TAVARES, M.A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.



## INSTRUÇÕES AOS AUTORES PARA AS PRÓXIMAS PUBLICAÇÕES

A revista *Cadernos de Serviço Social* da Faculdade de Serviço Social/PUC-Campinas periódico semestral, é distribuída para as Universidades, regiões do país e fora do Brasil. Aceita trabalhos no campo de: Serviço Social, Políticas Públicas, Ciências Humanas, Filosóficas, Educação e outras áreas afins, com enfoque em práticas sociais.

Os trabalhos deverão ser digitados no programa Word 6.0 ou 7.0 for Windows, com espaço 1,5 e letra arial tamanho 10, margens esquerda 3 cm e demais 2,0 cm, disquete 3 1/2.

- Encaminhar disquete e duas cópias em papel.
- Os trabalhos deverão conter resumo, abstract, palavras-chave e key words.
- Texto contendo aproximadamente até 25 páginas.
- Enviar, em folha avulsa, nome e endereço completo, e-mail, título do trabalho e instituição de origem para contatos posteriores.
- Ao título do trabalho deverá seguir o nome do autor/autores e em nota de rodapé devem constar instituição à qual o autor é vinculado bem como demais dados referentes ao artigo.

Tabelas, quadros e legendas deverão vir referidos no texto.

A bibliografia deve seguir as normas da NBR 6023: 2000 da ABNT.

Cabe ao Conselho Editorial propor alterações necessárias para a sua publicação e aos artigos não selecionados, os autores serão informados.

Os trabalhos deverão ser enviados para:

Prof<sup>a</sup>. Sandra Corrêa Forster Joanini

PUC-CAMPINAS / Prédio Central

Núcleo de Informática e Publicação / Sala 268

Rua Marechal Deodoro, 1099 Centro

CEP: 13010-920 Campinas – SP

E-mail: [revistas.ccsa@puc-campinas.edu.br](mailto:revistas.ccsa@puc-campinas.edu.br)

Fone: (0xx19) 3735-5812